

Leis, procedimentos administrativos e guias

Leis, procedimentos administrativos e guias

Lei do Investimento Privado (Lei N.º 15/2017)

A promoção do setor privado da economia é um mandato decorrente do artigo 140.º da Constituição da República, onde se determina o dever do Estado de promover os investimentos nacionais e de criar condições para atrair investimentos estrangeiros, tendo em conta os interesses nacionais.

Fonte: [Lei do Investimento Privado](#)

Regulamento de Procedimentos do Investimento Privado (Decreto do Governo N.º 2/2018)

A reforma do regime jurídico do investimento privado, levada a cabo pela Lei n.º 15/2017, de 23 de agosto, veio simplificar e desburocratizar as regras para o investimento estrangeiro e nacional, por forma a promover a atração de capitais privados necessários para a diversificação e o crescimento económico.

Fonte: [Regulamento de Procedimento do Investimento Privado](#)

Lei Tributária (Lei N.º 8/2008)

A presente lei visa o alívio da carga tributária que se tem revelado desajustada e excessiva face à realidade do País.

Fonte: [Lei Tributária](#)

Lei do Investimento Externo (Lei nº 5 /2005)

As políticas delineadas no Plano de Desenvolvimento Nacional para o crescimento económico e promoção do sector privado são alavancas fundamentais para criação de emprego e redução da pobreza.

Fonte: [Lei do Investimento Externo](#)

Lei do Trabalho (Lei do Parlamento 4/2012)

Através do Regulamento UNTAET n.º 2002/05, de 1 de Maio, foi aprovado o Código Laboral para Timor-Leste, sendo este o diploma que desde essa data disciplina as relações de trabalho no nosso país.

Fonte: [Lei do Trabalho](#)

Iniciar um Negócio

Quadro Legal:

O início de um negócio baseia-se nas seguintes leis:

1. Lei Governamental 4/2004 (Sociedades Comerciais)
2. Decreto-Lei do Governo 7/2006 (Registo Comercial)
3. Decreto-Lei do Governo 18/2010 (Constituição de Empresas)

Iniciar uma Empresa:

A criação de empresas em Timor-Leste em geral não é assim tão complicada, apesar de ainda não existir um balcão único para o registo de empresas. O Serviço de Registo e Verificação de Empresários (SERVE) é a agência governamental responsável pelo Registo e Verificação de Empresas.

1. Registo comercial	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecimento de entidade legal• Pedido preenchido com o SERVE• Certificado de Registo & Certificado de Registo Comercial
2. Registo fiscal	<ul style="list-style-type: none">• Registo junto das autoridades fiscais• Emitido pelo SERVE como parte do registo comercial<ul style="list-style-type: none">• Número de identificação fiscal (NIF)

<p>3. Licença Geral de Negócios</p>	<p>Licença comercial de baixo / alto risco</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emitido pelo SERVE como parte do registo comercial • Autorização para realização de actividades (negócios de baixo risco) / Licença Comercial (negócios de alto risco)
<p>4. Licença do Sector (se for necessário)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Licenças sectoriais específicas com base na natureza do funcionamento da empresa (ou seja, qualificação de normas sanitárias ou classificação de hotéis para a indústria hoteleira) • SERVE fornecerá uma lista de licenças sectoriais adicionais necessárias • Licenciamento feito pelos ministérios de tutela

O processo de registo de empresas em Timor-Leste visa um máximo de 5 dias de processamento, embora possa demorar mais tempo se surgirem quaisquer questões de seguimento. Todos os registos devem ser feitos offline (directamente no Serviço do SERVE) e existem planos para registo online num futuro próximo. Quanto ao capital da empresa, o empresário é livre de decidir sobre o valor do capital (o valor mínimo do capital é de 1 USD)

Comércio

Timor-Leste importa a grande maioria dos seus bens e serviços da Ásia, incluindo combustível, cimento, materiais de construção, tabaco e veículos automóveis. As principais exportações incluem petróleo bruto, café, candlenut, alumínio e uma gama de outros produtos agrícolas.

. Importação de mercadorias

A importação de mercadorias para Timor-Leste, tal como num contentor, requer a utilização de um Despachante Aduaneiro que submeta a declaração aduaneira em seu nome através do sistema electrónico ASYCUDA do Serviço Aduaneiro de Timor-Leste. Será acordada uma taxa por ambas as partes. São necessárias licenças especiais para a importação de determinados bens, incluindo animais vivos, plantas vivas, produtos animais/vegetais, veículos automóveis e armas de fogo.

. Exportação de mercadorias

A exportação de mercadorias de Timor-Leste requer a utilização de um Despachante Aduaneiro que apresenta a declaração aduaneira em seu nome juntamente com a documentação apropriada (licença de exportação, certificado de origem, etc.). A alfândega verificará os documentos, inspecionará fisicamente as mercadorias e auxiliará no carregamento das mercadorias para exportação. O exportador necessita de pagar apenas US\$1 de taxa administrativa

. Alfândega e Impostos

As mercadorias podem desalfandegar dentro de 24 horas se toda a papelada correcta tiver sido preenchida. Os direitos aduaneiros são de 2,5% sobre o valor dos bens importados e de 2,5% sobre o valor dos bens tributáveis importados. Podem aplicar-se taxas de armazenagem se os bens forem mantidos no Aeroporto ou Porto de Dili durante mais de 20 dias (normalmente 5% do valor).

O imposto especial de consumo aplica-se a uma variedade de bens, incluindo bebidas alcoólicas, tabaco, produtos de gasolina, automóveis (valor acima de \$70.000) e barcos/aeronaves particulares.

. Despachantes Aduaneiros

Existem vários despachantes aduaneiros em Timor-Leste:

Despachantes aduaneiros:
<https://www.mof.gov.tl/customs/importing-cargo/customs-brokers-list/?lang=en>

Fonte: [TradeInvest Timor-Leste](#)